



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

2025 - 2028

COMPLIANCE – Böllinghaus Steel Lda

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2025-2028

Responsável Cumprimento Normativo	
Responsável Geral pela Execução, controlo e Revisão do PPR	
Gerente	

Controlo Documental

Nº Versão	Aprovação	Observações	Revisão
01	Diretor	Elaboração da primeira versão	Monitorização contínua
02	Diretor	Primeira revisão	

Siglas e acrónimos

UE	União Europeia
MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
PPR	Plano de prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas
RCN	Responsável pelo Cumprimento Normativo
RGPC	Regime Geral da Prevenção da Corrupção

Índice

Introdução	1
1. Disposições iniciais.....	3
2. Caracterização da Böllinghaus Portugal.....	5
2.1. Missão Visão Valores	6
2.2. Estrutura orgânica da Böllinghaus Portugal.....	7
2.2 Grupos de interesse	12
3. Metodologia de Análise de Riscos	13
4. Avaliação de riscos de corrupção e infrações conexas	18
4.1 Enquadramento e principais resultados	18
4.2 Avaliação do Sistema de Controlo Interno	19
4.2.1. Controlos Transversais.....	19
5. Designação de responsáveis.....	27
6. Acompanhamento, avaliação e monitorização do PPR	29
Anexo I – Matriz de avaliação de riscos	1

Introdução

A Böllinghaus Steel Lda. (doravante, “Böllinghaus Portugal”) é uma subsidiária da Böllinghaus Steel GmbH, cuja sede se encontra localizada na Alemanha. Integrada num grupo empresarial com presença internacional, a empresa dispõe de filiais em Portugal, nos Estados Unidos e em Itália, consolidando-se como uma referência no fabrico e comercialização de aços especiais.

O presente documento corresponde à segunda versão do Plano de Prevenção de Riscos (PPR) da Böllinghaus Portugal. Esta atualização decorre da necessidade de adequar o plano às recentes alterações internas, nomeadamente à revisão do plano de formação, à atualização do acesso ao canal de denúncias e à reorganização dos organogramas corporativos. Estas modificações justificam-se pela contínua melhoria dos mecanismos de prevenção, deteção e mitigação de riscos de corrupção e infrações conexas, assegurando que o PPR reflete com rigor a realidade atual da organização.

Este Plano foi desenvolvido especificamente para a Böllinghaus Portugal, não abrangendo normativas ou diretrizes de outras jurisdições. A sua estrutura e metodologia foram concebidas em conformidade com as disposições do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), garantindo a sua aplicabilidade ao contexto normativo português e o alinhamento com as melhores práticas de compliance e integridade empresarial.

A elaboração do presente documento teve por base a análise da estrutura corporativa e dos processos operacionais da Böllinghaus Portugal, com o objetivo de identificar, avaliar e classificar os riscos associados a atos de corrupção e infrações conexas.

Com base nesse diagnóstico, foram definidas medidas preventivas e corretivas para mitigar potenciais riscos, reforçando os mecanismos de boa governação, controlo interno e integridade corporativa da empresa.

Além de garantir o cumprimento das obrigações previstas no RGPC, em especial o disposto no artigo 6.º do anexo a que se refere a alínea b) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, este PPR visa promover uma cultura organizacional alicerçada na transparência, ética e responsabilidade corporativa.

Com a implementação desta versão atualizada do plano, a empresa reafirma o seu compromisso com a prevenção e mitigação de riscos de corrupção e infrações conexas, estabelecendo um modelo robusto de gestão de riscos e de conformidade regulatória, contribuindo para um ambiente empresarial mais seguro, íntegro e sustentável.

1. Disposições iniciais

1.1 Enquadramento:

O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece e regula o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), é aplicável a entidades públicas e privadas com sede em Portugal, bem como às sucursais em território nacional de empresas estrangeiras que empreguem 50 ou mais trabalhadores.

O referido diploma, para além de reconhecer a necessidade de proceder a ajustamentos em determinados aspetos do sistema repressivo, entende como indispensável o reforço e a valorização dos mecanismos de prevenção e deteção dos crimes de corrupção e das infrações conexas, estruturando-se em torno dos seguintes pilares:

I. O Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) é a entidade responsável por acompanhar a aplicação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção. Entre as suas principais funções estão a emissão de orientações e diretivas sobre programas de cumprimento normativo, a avaliação da aplicação do RGPC, a definição do planeamento das ações de controlo e fiscalização, a verificação do cumprimento das normas, a instauração e decisão de processos de contraordenação previstos no regime, bem como a gestão da informação relativa ao seu cumprimento.

II. O programa de cumprimento normativo, que é formado por um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), um código de ética e de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias;

III. Medidas destinadas a assegurar a isenção e a imparcialidade dos membros dos respetivos órgãos, dirigentes e trabalhadores.

1.2 Objetivos:

Face ao crescente nível de escrutínio a que as organizações estão sujeitas, tanto por entidades reguladoras e fiscalizadoras como pela sociedade civil, torna-se imprescindível que as empresas adotem medidas e sistemas que minimizem o risco de incumprimento de leis e regulamentações.

Neste contexto, apontam-se as seguintes medidas:

- I. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);
- II. Código de Ética e Conduta;
- III. Programa de Formação interna relativo as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementadas;
- IV. Canal de Denúncia;
- V. Designação do Responsável pelo Cumprimento Normativo.

Neste âmbito, a empresa compromete-se a: identificar, analisar e classificar os riscos a que possa estar exposta, assegurando uma atuação firme e rigorosa perante quaisquer suspeitas; implementar medidas de controlo, preventivas e corretivas, destinadas a reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto desses riscos; promover a sensibilização e a formação de dirigentes e colaboradores, fortalecendo a cultura de ética e integridade; e monitorizar de forma contínua a execução do Plano de Prevenção de Riscos (PPR), procedendo à sua revisão sempre que necessário, garantindo a sua eficácia e permanente atualização.

2. Caracterização da Böllinghaus Portugal

Com sede em Vieira de Leiria, Portugal, a Böllinghaus Portugal é uma sociedade por quotas dedicada ao fabrico e comércio de aços especiais, bem como às atividades de calibragem e estiragem, integrando ainda operações de exportação e importação de produtos siderúrgicos. Fundada em 1997, a unidade portuguesa fornece soluções para diversos setores, incluindo a indústria química, a engenharia mecânica e as aplicações médicas.

Esta filial integra o grupo Böllinghaus Steel GmbH, cuja sede está localizada na Alemanha, contando com presença global e filiais nos Estados Unidos e Itália.

Destaca-se que Böllinghaus Portugal é a única unidade do grupo responsável pela fabricação de aço, enquanto as empresas do grupo sediadas na Alemanha, EUA e Itália atuam exclusivamente na parte comercial.

Böllinghaus Portugal conta com uma equipa de 258 colaboradores permanentes e 27 colaboradores temporários ou outros, que atuam em diversas áreas operacionais e administrativas. Os colaboradores são capacitados para responder de forma eficiente às necessidades do mercado, garantindo a qualidade dos serviços e produtos oferecidos.

A estrutura organizacional da Böllinghaus Portugal é constituída por seis áreas estratégicas de gestão, cada uma dirigida por profissionais qualificados e com vasta experiência no setor. Estas áreas englobam a gestão fabril, a gestão da cadeia de abastecimento, os serviços administrativos, a gestão financeira, a gestão do sistema integrado de qualidade e a gestão das tecnologias de informação, assegurando um modelo de governação eficiente e alinhado com as melhores práticas do setor.

A unidade de produção em Vieira de Leiria opera com uma infraestrutura moderna e um sistema de controlo de qualidade abrangente, garantindo conformidade em todas as etapas do processo produtivo, desde a seleção das matérias-primas até o fornecimento do produto acabado.

Comprometida com a sustentabilidade, a empresa prioriza práticas responsáveis que respeitam o meio ambiente, alinhando-se às normas internacionais de produção sustentável.

Além disso, a Böllinghaus Portugal se empenha em fornecer soluções inovadoras e personalizadas para seus clientes, com um foco constante na melhoria contínua e na adaptação às necessidades do mercado.

2.1. Missão | Visão | Valores

Missão

A Böllinghaus Portugal tem o compromisso de fornecer produtos inovadores e sustentáveis em aço inoxidável, criando valor para os seus parceiros e clientes de forma ética e transparente. Valoriza a motivação e o trabalho em equipa, assegurando o cumprimento das normas legais e a adoção de práticas empresariais responsáveis, sempre orientadas pela integridade e pela qualidade.

Visão

Ser reconhecida como o parceiro líder e ético no fornecimento de soluções inovadoras e sustentáveis em aço inoxidável, moldando o futuro com produtos que atendem às necessidades dos nossos clientes de forma transparente e responsável.

A visão é ir além das expectativas dos clientes, promovendo um crescimento contínuo e sustentável, enquanto respeitamos as leis e regulamentações anticorrupção em todos os mercados em que operamos.

Valores

- **Família e Equipa** - A importância da colaboração e apoio mútuo, onde a diversidade de personalidades é valorizada.
- **Criatividade e Inovação** - A disposição para escutar novas ideias, pensar fora da caixa e evoluir constantemente.
- **Flexibilidade e Agilidade** - A capacidade de se adaptar rapidamente às mudanças e responder prontamente às necessidades dos clientes.
- **Respeito e Reconhecimento** - Uma cultura baseada na comunicação aberta, respeito mútuo e evolução contínua.
- **Orientação para Soluções e Objetivos** - O foco em satisfazer e inspirar os clientes, com um compromisso constante para soluções e melhoria.

- **Responsabilidade e Solidariedade** - Compromisso com o uso responsável dos recursos e com o desenvolvimento sustentável, além de agir com ética em todas as relações.

2.2. Estrutura orgânica da Böllinghaus Portugal

A Böllinghaus Portugal adota um modelo organizacional hierárquico-funcional. Essa estrutura caracteriza-se pela centralização da tomada de decisões na Gerência e Direção-Geral, com a organização das atividades segmentada em áreas funcionais especializadas, como Produção, Finanças, Compras, Qualidade, Logística e TI.

Esse modelo permite uma clara definição de responsabilidades e um fluxo estruturado de comando, garantindo maior eficiência operacional e conformidade com os regulamentos aplicáveis.

Essa estrutura visa assegurar transparência, eficiência e conformidade com as normas regulatórias aplicáveis, incluindo o RGPC.

A Böllinghaus Portugal estrutura-se em seis áreas estratégicas de gestão, cada uma com responsabilidades e funções específicas que asseguram o bom funcionamento global da empresa.

A **Gestão de Fábrica** abrange as atividades de laminagem, preparação de trens, acabamento e estiragem, bem como o trabalho dos técnicos de turno, a manutenção, a gestão de projetos, a engenharia de processo e produto e a área de tempos e métodos.

A **Gestão do Sistema Integrado de Gestão (SIG)** engloba a relação com clientes e fornecedores, o SIMQAS, a sustentabilidade, a segurança e saúde no trabalho, a medicina no trabalho, a qualidade do produto, a representação em inspeções, o laboratório e os controladores de qualidade.

A **Gestão da Cadeia de Abastecimento** compreende o planeamento da produção, a logística e as compras, garantindo a articulação eficiente entre as diferentes fases do processo produtivo.

A **Gestão Económica e Financeira** contempla as áreas de contabilidade, controlling, gestão de tesouraria e gestão de clientes, assegurando o rigor financeiro e a sustentabilidade económica da organização.

A **Gestão de Serviços Administrativos** integra os serviços gerais, o recrutamento e formação, o processamento salarial e a portaria, assegurando o suporte administrativo necessário ao funcionamento da empresa.

Por fim, a **Gestão de Tecnologias da Informação (TI)** dedica-se à administração e ao desenvolvimento das soluções tecnológicas da empresa, promovendo a inovação e a eficiência dos sistemas informáticos.

Poder-se-á observar o exposto nos seguintes organogramas, que ilustram a estrutura e interligação entre estas áreas estratégicas de gestão.

I. Organograma– Gerência

<i>Gerência</i>	
Direção-Geral (Operações / Produção)	Gestão de Fábrica
	Gestão do Sistema Integrado de Gestão (SIG)
	Gestão da Cadeia de Abastecimentos
	Gestão de Tecnologias de Informação
Direção-Geral	Gestão Económica e Financeira
	Gestão de Serviços Administrativos

II. Organograma – Gestão de Fábrica

Gestão de Fábrica	Laminagem	Produção NRM
		Engenharia de Suporte NRM
	Preparação de Trens	TA / TC
		Engenharia de Laminagem
		Corte MP & Transportes Internos
	Acabamento	Maquinação
		Ferramentaria
		Preparação de Trens
	Estiragem	Tratamento Térmico
		Desempeno
		Decapagem
		Jato
		Embalagem
		Expedição
	Técnico de Turno	CD1/CD2
		Ponteadora/Fresas
	Manutenção	
	Gestão de Projetos	Planeamento e Preparação Trabalho de Manutenção
		Manutenção Mecânica
		Manutenção Eléctrica

		Engenharia de Apoio à Manutenção
	Engenharia de Processo & Produto	Gestores de Projetos
		Engenharia de Processo
		Engenharia de Produto
	Tempos e Métodos	

III. Organograma – Gestão do Sistema Integrado de Gestão (SIG)

Gestão do Sistema Integrado de Gestão (SIG)	Clientes /Fornecedores MP	
	SIMQAS	
	Sustentabilidade	
	Segurança e Saúde	
	Medicina no Trabalho	
	Qualidade do Produto Representante Inspeção PED/PERS	Laboratório
		Controladores de Qualidade

IV. Organograma – Gestão da Cadeia de Abastecimentos

Gestão da Cadeia de Abastecimentos	Planeamento da Produção	Planeamento da Laminagem
		Planeamento do acabamento/ Expedição
	Logística	Logística
	Compras	Matéria-Prima
		Matéria-Prima e Produtos Comercializáveis
		Materiais e Serviços para a Produção

V. Organograma – Gestão Económica e Financeira

Gestão Económica e Financeira	Contabilidade
	Gestão de Tesouraria
	Gestão de Clientes
	Controlling

VI. Organograma – Gestão de Serviços Administrativo

Gestão de Serviços Administrativos	Serviços
	Recrutamento e Formação
	Processamento Salarial
	Portaria

VII. Organograma – Gestão de TI

Gestão de Tecnologias de Informação	Analistas de TI
	Projecto ERP

2.2 Grupos de interesse

Organização/ Pessoas	Posição ou relação com a empresa
Clientes e potenciais clientes	Interna
Trabalhadores	Interna
Órgãos de Supervisão	Externa
Provedores	Externa
Assessores Especializados	Externa

3. Metodologia de Análise de Riscos

Em conformidade com a NP EN ISO 9001:2015, o risco é definido como o efeito da incerteza, caracterizado pela combinação da probabilidade de ocorrência de um evento, seja este positivo ou negativo, e das respetivas consequências.

A metodologia de identificação, análise e classificação dos riscos e das situações que possam expor a Böllinghaus Portugal a atos de corrupção e infrações conexas, alinhada com os requisitos listados no Decreto Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, considerou:

- Identificação dos riscos associados aos atos de corrupção;
- Quantificação do risco inerente e graduação dos riscos;
- Avaliação do ambiente de controlo dos riscos
- Identificação de aspetos de melhoria no ambiente de controlo dos riscos.
- Quantificação do risco residual e graduação dos riscos;



Para realizar a avaliação atual, foi efetuado o seguinte processo de identificação e classificação de riscos e controlos:

1. **Recolha de dados** junto à responsável pela área Económica e Financeira da empresa;
2. **Aplicação de questionários estruturados** para identificar potenciais riscos e avaliar a eficácia dos controlos existentes;
3. **Solicitação e análise de documentos internos**, incluindo políticas, procedimentos e relatórios operacionais;
4. **Reunião** com a responsável pela área Económica e Financeira da Böllinghaus Portugal;
5. **Identificação dos riscos inerentes de corrupção e infrações conexas** conforme a legislação em vigor e boas práticas do setor. A este conjunto de riscos juntaram-se riscos adicionais identificados na entrevista mencionada no ponto 4. e em outras fontes de informação de Böllinghaus Portugal;
6. **Classificação e avaliação** dos riscos inerentes de acordo com o seu **grau de Probabilidade de ocorrência e o Impacto previsível** que os mesmos podem causar;
7. Identificação e avaliação dos **controlos implementados pela Böllinghaus Portugal**, tendo por base o levantamento de processos na entrevista identificada no ponto 4., a análise à documentação em vigor
8. **Mapeamento** dos riscos inerentes com os controlos, identificando os que se encontram implementados, implementados com exceções ou por implementar e mapeando com a respetiva força perante o impacto e a probabilidade – avaliando, posteriormente, **o risco residual**.

De forma a classificar os eventos de risco, foi considerada a seguinte escala para probabilidade, impacto e risco inerente, respetivamente:

A. Probabilidade

A probabilidade é a possibilidade de um evento adverso acontecer. No presente exercício, é o evento relacionado com riscos de corrupção e infrações conexas ou de outros temas operacionais de gestão.

A avaliação da Probabilidade deve ter por base a escala de probabilidade de ocorrência representada abaixo:

1. Remoto: evento expectável de ocorrer em circunstâncias excepcionais (avaliação qualitativa);
2. Possível: evento expectável de ocorrer ocasionalmente (qualitativa);
3. Provável: evento expectável de ocorrer em quase metade das circunstâncias (qualitativa);
4. Muito Provável: evento expectável de ocorrer na maioria das circunstâncias (qualitativa).

B. Impacto

O Impacto de um risco representa a severidade das consequências para a Organização, caso o evento se materialize.

A avaliação da magnitude do impacto tem em consideração as seguintes cinco dimensões:

- a) Impacto Financeiro;
- b) Impacto Estratégico;
- c) Impacto Regulamentar e de Cumprimento Normativo;
- d) Impacto Operacional e Tecnológico;
- e) Impacto Reputacional.

O impacto é categorizado nos seguintes níveis:

1. Leve;
2. Moderado;
3. Elevado;
4. Forte.

C. Risco Inerente

O risco inerente é a probabilidade de um evento adverso ocorrer antes de qualquer medida de mitigação de risco ser implementada, isto é, o risco puro e natural associado a uma atividade ou processo, sem considerar qualquer ação tomada para mitigá-lo.

Assim, o Risco Inerente resulta da operação de multiplicação entre a probabilidade e o impacto, nas suas escalas de 1 a 4 identificadas anteriormente, sendo quantificado através da seguinte escala:

Nível de Risco	
Baixo	Entre 1 e 3
Médio	Entre 4 e 6
Alto	Entre 8 e 12
Crítico	16

Graficamente, a graduação do risco é representada da seguinte forma:

Probabilidade	4	8	12	16
	3	6	9	12
	2	4	6	8
	1	2	3	4
	Impacto			

D. Controlos e Risco Residual

Para a determinação do risco residual, foi considerada a efetividade e a força dos controlos, isto é, a relevância do controlo para a mitigação do impacto e redução da probabilidade do evento do risco que se encontra a ser avaliado.

Com base na força do controlo, é obtida a avaliação do Impacto e Probabilidade residual. Ao multiplicar a probabilidade o impacto residual, é obtido o risco residual.

O Risco Residual corresponde à parte do risco inerente não mitigada pelos controlos associados, isto é, o risco remanescente depois de considerada a forma como o sistema de controlo interno consegue mitigar o risco inerente.

4. Avaliação de riscos de corrupção e infrações conexas

4.1 Enquadramento e principais resultados

A presente avaliação de riscos foi realizada com o objetivo de identificar e classificar os riscos de corrupção e infrações conexas na Böllinghaus Portugal, considerando suas operações e relações comerciais, especialmente no contexto de exportação e importação de aço.

A maioria dos riscos inerentes identificados na Böllinghaus Portugal foi classificada com um nível de risco médio a elevado, sobretudo devido à complexidade das operações internacionais, incluindo contratos entre empresas do grupo, processos aduaneiros e gestão da cadeia de abastecimento.

Por outro lado, verificou-se que os controlos existentes apresentam níveis variados de efetividade. Embora algumas áreas já disponham de bons mecanismos de mitigação, é necessário monitorizá-los e dar seguimento às ações para assegurar maior transparência e reduzir os riscos residuais.

Neste contexto, as principais recomendações para melhorar o controlo interno incluem:

- Monitorizar as políticas internas, especialmente sobre conflitos de interesse, ética e contratação de terceiros.
- Dar seguimento aos processos de *due diligence* e acompanhamento contínuo na escolha de fornecedores e parceiros.
- Monitorizar o controlo e a transparência nas exportações e importações, considerando agentes aduaneiros e certificações internacionais.
- Dar seguimento às auditorias internas e externas para garantir o cumprimento da lei.
- Formar continuamente os colaboradores e gestores sobre riscos de corrupção, *compliance* e boas práticas de governação.

De forma geral, conclui-se que, apesar de a empresa dispor de controlos para mitigar riscos, persistem algumas vulnerabilidades que carecem de monitorização e acompanhamento. As recomendações identificadas visam fortalecer o ambiente de

controlo e reduzir os riscos residuais, garantindo maior alinhamento com as melhores práticas de *compliance* e prevenção à corrupção.

As matrizes que avaliam as áreas de atividade mais críticas de Böllinghaus Steel Lda encontram-se no **Anexo I – Matriz de Avaliação de Riscos**.

4.2 Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Relativamente às medidas preventivas e de controlo (implementadas e/ou em implementação) identificadas, as mesmas podem assentar em controlos transversais (políticas que mitigam de forma transversal os riscos de corrupção e infrações conexas) e controlos operacionais (processos e procedimentos implementados a nível operacional).

Destacam-se como controlos transversais da Böllinghaus Steel Lda:

4.2.1. Controlos Transversais

a) Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta da Böllinghaus Portugal, está alinhado com os requisitos do RGPC, garantindo:

- Compromisso com a ética e a legalidade
- Regras claras para evitar corrupção e conflitos de interesse
- Canal de denúncias e proteção ao denunciante
- Sanções para quem não cumprir as normas
- Auditorias internas para garantir a conformidade

b) Programa de formação interna

No âmbito do presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a organização promove ações de formação destinadas a reforçar a cultura de ética, integridade, transparência e cumprimento normativo, em conformidade com a Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC) e com as orientações do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).

A formação será dada em formato e-learning, com uma duração total de 2 horas por sessão, e encontra-se dividida em duas vertentes complementares:

- Formação para os quadros decisórios, centrada nas responsabilidades de gestão, tomada de decisão, prevenção de riscos e implementação de mecanismos de controlo interno, bem como no papel estratégico do cumprimento normativo e da liderança ética;
- Formação para os restantes colaboradores, focada na sensibilização para o fenómeno da corrupção, no conhecimento das normas internas e legais aplicáveis, e na correta utilização dos instrumentos de prevenção, designadamente o canal de denúncias.

Os conteúdos programáticos abordam, de forma sintética e prática, os seguintes temas: definição e tipos de corrupção; principais eixos da Estratégia Nacional Anticorrupção; papel e competências do MENAC; programa de cumprimento normativo e respetivo responsável; promoção da cultura de ética e integridade empresarial; política anticorrupção da organização; e funcionamento do canal de denúncias, incluindo a proteção dos denunciantes e o tratamento das denúncias recebidas.

No final de cada ação, os participantes realizam um teste de avaliação de conhecimentos composto por perguntas de escolha múltipla, destinado a aferir a compreensão dos conteúdos. A aprovação requer um aproveitamento mínimo de 70%, sendo emitido certificado digital de conclusão através da plataforma e-learning.

As ações de formação têm carácter obrigatório e são frequentadas na fase de integração de novos colaboradores, bem como em regime de reciclagem bienal, garantindo a atualização contínua do conhecimento e o fortalecimento das boas práticas de integridade. A implementação deste plano formativo contribui para o cumprimento das obrigações legais em matéria de prevenção da corrupção e consolida o compromisso institucional com a ética, responsabilidade e transparência.

c) Canal de denuncia

A Böllinghaus Portugal disponibiliza um Canal de Denúncias para que se possam relatar infrações de maneira segura e confidencial.

Esta medida cumpre a Diretiva (UE) 2019/1937, de proteção de denunciantes, e reforça o compromisso da empresa com a transparência e a responsabilização.

Este canal assegura o anonimato e a confidencialidade das denúncias, protegendo os denunciadores contra quaisquer retaliações. Adicionalmente, as denúncias recebidas são tratadas de forma independente e imparcial, assegurando a adoção de medidas corretivas necessárias.

O nosso Canal de Denúncia pode ser encontrado no seguinte URL/QR Code: [Canal de Denúncias](#)



d) Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho

A Bollinghaus compromete-se a garantir um ambiente de trabalho seguro, respeitador e livre de qualquer forma de assédio, incluindo moral, sexual ou discriminatório. Todos os colaboradores, prestadores de serviços e parceiros devem agir com respeito e dignidade em todas as interações profissionais.

e) Auditoria interna

A Bollinghaus dispõe de um controlo de auditoria interna, realizado pela APPM SROC, Lda., destinado a garantir que os processos da empresa sejam eficazes, seguros e conformes com a legislação. Este controlo inclui a verificação de registos, a avaliação de riscos e a revisão de procedimentos internos.

f) Consultores externos:

A Böllinghaus Portugal dispõe de colaboradores que prestam apoio nas áreas Jurídica e Fiscal. Na área fiscal destaca-se o Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE), bem como a área dos Preços de Transferência.

g) Distinções/certificações

Certificação / Norma	Descrição e Contribuição para a Integridade / <i>Compliance</i>
EN 9100 ISO 9001 ISO 45001 ISO 14001 JIS JQPT12001	ISO 14001 – Gestão ambiental, prevenindo impactos ambientais e fraudes em relatórios ecológicos. ISO 9100 – Exige rastreabilidade de processos, evitando manipulações fraudulentas. ISO 45001 – Reforça políticas anticorrupção relacionadas à segurança do trabalho, impedindo subornos para ocultar falhas.
PED_AD 2000W PESR_UK UKCA CPR_CE Mark	PED_AD 2000W – Certificação de equipamentos sob pressão, prevenindo fraudes em materiais críticos.
ADI-Free Certificate Conflict Minerals FOOD CONTACT LEED v4 Proposition 6.5 Radioactivity REACH 202412 ROHS	Conflict Minerals – Garante que a empresa não utiliza minérios provenientes de zonas de conflito, prevenindo o financiamento ilícito e a corrupção na extração de minérios.

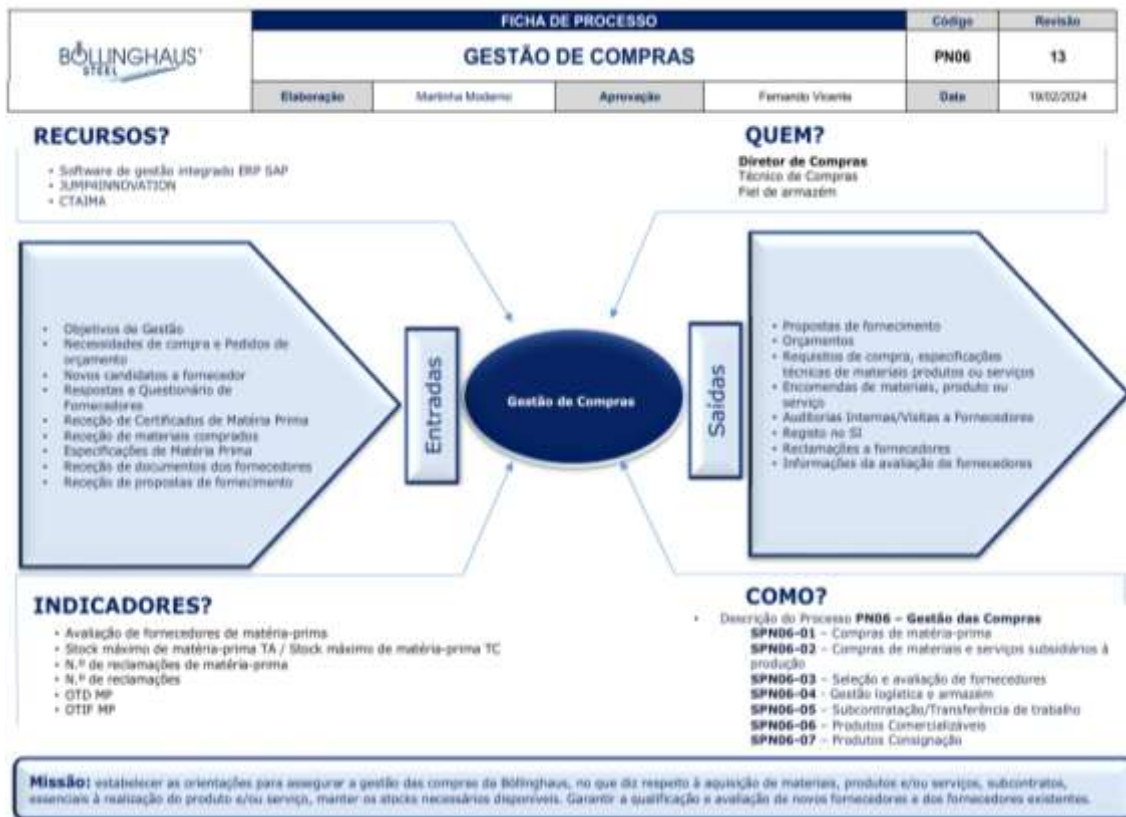
Material / Tipo de Aço	Certificados DOP Disponíveis
1.4301	DOP Nº 1.4301CDHEX DOP Nº 1.4301CDFL DOP Nº 1.4301CDSQ DOP Nº 1.4301HRFL DOP Nº 1.4301HRSQ
1.4303	DOP Nº 1.4303CDFL DOP Nº 1.4303CDHEX DOP Nº 1.4303CDSQ DOP Nº 1.4303HRFL DOP Nº 1.4303HRSQ
1.4307	DOP Nº 1.4307CDFL DOP Nº 1.4307CDHEX DOP Nº 1.4307CDSQ DOP Nº 1.4307HRFL DOP Nº 1.4307HRSQ
1.4401	DOP Nº 1.4401CDFL DOP Nº 1.4401CDHEX DOP Nº 1.4401CDSQ DOP Nº 1.4401HRFL DOP Nº 1.4401HRSQ
1.4404	DOP Nº 1.4404CDFL DOP Nº 1.4404CDHEX

	DOP N° 1.4404CDSQ DOP N° 1.4404HRFL DOP N° 1.4404HRSQ
1.4462	DOP N° 1.4462CDFL DOP N° 1.4462CDSQ DOP N° 1.4462HRFL DOP N° 1.4462HRSQ

h) Política de Privacidade

A organização adota a **ISO 27001** como referência para os mecanismos e controlos de segurança, garantindo conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e segurança da informação. Esta norma assegura que os processos internos respeitam os requisitos legais e melhores práticas internacionais, reforçando a integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação

i) Processos de gestão de compras



O processo de Gestão de Compras tem como finalidade assegurar a aquisição dos materiais, produtos e serviços necessários à produção, garantindo que os fornecedores são qualificados e que os stocks estão disponíveis.

Tudo começa com as entradas, que incluem os objetivos de gestão, as necessidades de compra e os pedidos de orçamento. Também entram novos candidatos a fornecedor, respostas a questionários, certificados e especificações de matéria-prima, receção de materiais e documentos de fornecedores, e propostas de fornecimento.

A gestão de compras é realizada pelo Diretor de Compras, pelo Técnico de Compras e pelo Fiel de Armazém. Estes utilizam recursos como o software de gestão ERP SAP, o sistema JUMP4INNOVATION e o CTAIMA.

As saídas do processo incluem propostas e orçamentos, requisições e especificações técnicas de materiais, produtos ou serviços, encomendas, auditorias e visitas a fornecedores, registos no sistema informático, reclamações e informações de avaliação de fornecedores.

O processo segue os documentos PN06 – Gestão das Compras, que se divide em várias partes:

- SPN06-01: Compras de matéria-prima
- SPN06-02: Compras de materiais e serviços subsidiários à produção
- SPN06-03: Seleção e avaliação de fornecedores
- SPN06-04: Gestão logística e armazém
- SPN06-05: Subcontratação e transferência de trabalho
- SPN06-06: Produtos comercializáveis
- SPN06-07: Produtos em consignação

Os indicadores utilizados para avaliar o processo incluem a avaliação dos fornecedores, o controlo do stock de matéria-prima, o número de reclamações e o cumprimento de prazos.

No fundo, o processo de gestão de compras garante que a empresa tem os materiais e serviços certos, no momento certo, com fornecedores qualificados e de forma eficiente.

5. Designação de responsáveis

A Böllinghaus Portugal designou um Responsável pelo Cumprimento Normativo, com a função de supervisão, garantindo que os instrumentos do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) sejam corretamente estruturados, implementados e atualizados, com as seguintes responsabilidades:

- Coordenação geral da conformidade com o RGPC dentro da organização.
- Supervisão da criação, atualização e divulgação dos instrumentos normativos, como:
 - Código de Conduta;
 - PPR;
 - Relatórios de avaliação da execução do PPR.
- Garantia do envolvimento da Direção de topo e equipas de gestão nos processos de prevenção de riscos e na implementação dos instrumentos normativos.
- Acompanhamento do Canal de Denúncias, garantindo:
 - Confidencialidade e proteção dos denunciantes;
 - Cumprimento dos prazos para resposta às denúncias;
 - Prevenção de conflitos de interesse na gestão das denúncias.
- Levantamento e organização de ações formativas em ética, integridade e prevenção de corrupção.
- Garantia do cumprimento dos prazos de comunicação e divulgação das políticas de conformidade.
- Análise da necessidade de atualização dos instrumentos normativos da organização.

A Böllinghaus Portugal tem designado também um Responsável pelo controlo e pela execução do PPR, que exerce uma função com foco operacional e de implementação, garantindo que as medidas previstas no PPR sejam efetivamente aplicadas no dia a dia

da organização, com as seguintes responsabilidades:

- Execução prática do PPR, assegurando que todas as ações previstas sejam cumpridas.
- Acompanhamento contínuo dos riscos identificados, garantindo que os processos internos estejam em conformidade com o PPR.
- Aplicação das medidas preventivas estabelecidas no PPR, atuando diretamente na mitigação dos riscos de corrupção e infrações conexas.
- Acompanhamento e controlo dos relatórios de avaliação do PPR, fornecendo dados concretos sobre a sua eficácia.
- Colaboração com o RCN para fornecer informações sobre a implementação das medidas, assegurando a atualização do plano quando necessário.
- Coordenação das equipas responsáveis por aplicar as diretrizes do PPR, garantindo que todos os departamentos seguem as recomendações estabelecidas.

6. Acompanhamento, avaliação e monitorização do PPR

A Böllinghaus Portugal, ciente da importância de manter uma postura ética, transparente e em conformidade com a legislação vigente, apresenta este PPR, em total conformidade com os requisitos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021 e pela Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024.

O presente Plano não se esgota com a sua elaboração, carecendo de um acompanhamento e controlo periódicos, que garantam a sua adequada implementação e a eficácia e efetividade das medidas de prevenção e de mitigação propostas.

O acompanhamento e controlo da execução do Plano incluirá a elaboração dos relatórios com a identificação das medidas definidas e implementadas e com a análise do processo de implementação das mesmas, nos seguintes termos:

- I. No mês de *outubro*, deverá ser elaborado um *relatório de avaliação intercalar* sobre as situações identificadas de risco muito alto ou alto:
- II. No mês de abril do ano seguinte a que respeita à execução do PPR, deverá *ser* elaborado um *relatório de avaliação anual*, contendo, nomeadamente, a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

O Plano será revisto a cada três anos ou, alternativamente, sempre que se verifiquem alterações que justifiquem a revisão do mesmo, nomeadamente nas atribuições e na estrutura orgânica ou societária da Böllinghaus Portugal ou caso sejam identificados novos riscos com relevância e impacto no Plano.

Adicionalmente, tanto o Plano (incluindo as revisões ao mesmo) como os relatórios de avaliação intercalar e anual serão publicados no site oficial ou na intranet da Böllinghaus Portugal, no prazo de 10 dias desde a sua implementação, revisões ou elaboração, permitindo o acesso da informação aos colaboradores e aos restantes *stakeholders* da Böllinghaus Portugal.

Anexo I – Matriz de avaliação de riscos

Gerência | *Managing Director*

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Manipulação de contratos entre empresas e de preços de exportações para a Alemanha e para os EUA	Elevado	Provável	Alto	1.Realizar auditorias frequentes para verificar a conformidade com as políticas internas e regulamentos externos. 2.Garantir uma formação contínua, para o presidente e a equipa sênior, focada em ética e <i>compliance</i> internacional. 3.Implementar um sistema de monotorização robusto para identificar desvios e ajustar rapidamente as estratégias. 4.Estabelecer e documentar rigorosamente políticas de precificação e contratos entre empresas. 5.Promover ativamente canais seguros e confidenciais para que os colaboradores possam reportar suspeitas de má conduta sem medo de retaliação. 6.Transparência com relatórios periódicos para <i>stakeholders</i> .	Moderado	Possível	Baixo
Aprovação de pagamentos elevados ou antecipados para fornecedores de matéria-prima	Elevado	Possível	Médio	1. Implementar um sistema de <i>due diligence</i> para fornecedores. 2. Auditorias financeiras sobre pagamentos antecipados. 3. Rotação de fornecedores em contratos de grande volume. 4. Revisão independente de pagamentos acima de determinado valor.	Moderado	Remoto	Baixo

			5. Implementação de um histórico de desempenho de fornecedores baseado em métricas objetivas. 6. Verificação cruzada de compras e estoques para evitar simulações de fornecimento. 7. Obrigatoriedade de apresentação de justificativos documentados para pagamentos antecipados. 8. Monitorização contínua de variações nos preços de compra. 9. Histórico de Desempenho de Fornecedores: Monitorar e avaliar o desempenho dos fornecedores com base em critérios claros e objetivos. 10. Aplicação de sanções internas para casos de favorecimento irregular. 11.Separação de Funções no Processo de Pagamento: Garantir que nenhuma única pessoa (incluindo o Presidente) tenha poder exclusivo para aprovar pagamentos elevados ou antecipados. Deve haver aprovação em dois níveis. 12. Monitorização contínua para garantir que nenhum fornecedor esteja recebendo pagamentos elevados de forma recorrente sem justificativa clara. 13. Definir regras claras no Manual de <i>Compliance</i> Financeiro da empresa sobre em quais casos pagamentos antecipados são autorizados, com requisitos de justificativa formal e evidências documentadas. 14. Implementação de um sistema de alertas automáticos para identificar pagamentos antecipados ou valores atípicos elevados. 15. Inclusão de cláusulas anticorrupção rigorosas nos contratos com fornecedores, prevendo transparência nos pagamentos e auditoria obrigatória em situações de suspeita.			
--	--	--	---	--	--	--

Falsificação ou omissão de informações em relatórios técnicos para certificação de exportação	Forte	Provável	Crítico	1.Implementar um sistema de rastreamento de certificações. 2. Validação dupla de todos os relatórios técnicos antes do envio às autoridades reguladoras. 3. Adoção de inspeções-surpresa para auditar a conformidade documental. 4. Registo obrigatório de todos os testes realizados em um banco de dados centralizado. 5. Reforço no processo de validação antes da emissão de qualquer certificação oficial.	Elevado	Possível	Baixo
Pagamento de vantagens indevidas a autoridades alfandegárias	Forte	Possível	Alto	1. Adoção de auditoria para processos alfandegários. 2. Implementação de <i>due diligence</i> rigoroso sobre agentes intermediários envolvidos nas transações. 3. Estabelecimento de políticas de anticorrupção claras, com definição das sanções a aplicar em caso de incumprimento. 4. Formação obrigatória sobre riscos de suborno e <i>compliance</i>. 5. Monitoramento e rastreabilidade das transações de comércio exterior. 6. Exigência de registo formal e documentado de todas as interações com autoridades aduaneiras. 7. Restrição na aprovação de pagamentos a intermediários sem verificação detalhada. 8. Auditoria periódica em processos de importação e exportação.	Elevado	Remoto	Baixo
Recurso a intermediários com o objetivo de influenciar decisões regulatórias ou comerciais de forma irregular.	Forte	Possível	Alto	1. Exigência de contratos detalhados e transparentes para consultorias externas. 2. Implementação de um programa de <i>due diligence</i> para intermediários.	Elevado	Remoto	Baixo

				3. Reforço na supervisão de contratos com agentes externos. 4. Definição de limites claros sobre o papel dos intermediários e consultores. 5. Monitorização das interações entre intermediários e autoridades reguladoras. 6. Proibição de pagamentos sem registo formal a terceiros. 7. Implementação de auditorias periódicas sobre os contratos de assessoria externa. 8. Restrição no envolvimento de intermediários em negociações estratégicas sem aprovação da alta gestão. 9. Revisão regular dos contratos de terceiros por equipa de <i>compliance</i>. 10. Campanhas de consciencialização interna sobre os riscos do uso de intermediários em negociações sensíveis.			
--	--	--	--	--	--	--	--

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Manipulação de contratos entre empresas e precificação de exportações	Elevado	Provável	Alto	1. Realização de auditorias periódicas aos contratos entre empresas e à definição de preços das exportações. 2.Estabelecer uma política clara de preços de transferência, alinhada com as normas fiscais internacionais. 3. Nomeação de auditores externos para a revisão dos contratos interempresas e a validação da formação de preços das exportações. 4. Proporcionar formação periódica sobre formação de preços e normas fiscais aos colaboradores responsáveis. 5. Separar as funções de negociação, aprovação e auditoria para evitar conflitos de interesse. 6. Exigir a documentação detalhada de todas as transações interempresas para garantir a conformidade. 7. Implementar um sistema de aprovação de contratos interempresas que envolva múltiplas camadas de verificação. 8.Criar contratos padronizados para reduzir a margem de erro ou manipulação nas negociações. 9.Avaliação de Impacto de Preço de Transferência	Moderado	Remoto	Baixo

				10.Realizar uma análise periódica de impacto financeiro para garantir que os preços de transferência não sejam manipulados. 11.Relatórios de Conformidade Regulatória: Exigir relatórios de conformidade de preços de transferências para todas as filiais e subsidiárias. 12. Implementação de tecnologia de monitorização de preços de transferência com alertas automáticos. 13. Auditorias externas anuais para validação das transações interempresas.			
Favorecimento em processos bancários e obtenção de crédito ou garantias financeiras	Forte	Possível	Alto	1. Estabelecer uma política de conflito de interesse para todos os envolvidos em processos bancários. 2. Adotar uma avaliação de crédito e garantias rigorosa e transparente. 3. Limitar o acesso às informações financeiras sensíveis apenas para pessoal autorizado. 4. Exigir que todos os funcionários declarem qualquer possível conflito de interesse em processos bancários. 5.Implementar um sistema para monitorar todas as transações e solicitações de crédito em tempo real. 6. Treinar todos os funcionários envolvidos em processos bancários sobre ética e anticorrupção. 7. Criar um processo de revisão que garanta que todas as garantias financeiras e créditos sejam justificados. 8. Exigir a documentação completa e justificativa para qualquer decisão relacionada com crédito ou garantias.	Elevado	Remoto	Baixo

				9. Reforço nos controlos de aprovação para garantir uma dupla verificação antes da concessão de crédito. 10. Revisão externa semestral dos processos bancários e concessão de crédito.			
Uso de intermediários para influenciar decisões governamentais e fiscais	Forte	Provável	Crítico	1. Estabelecer uma política clara contra o uso de intermediários para influenciar decisões governamentais. 2. Realizar auditorias regulares sobre todos os contratos envolvendo intermediários. 3. Realizar uma investigação detalhada sobre os antecedentes dos intermediários antes de qualquer contrato. 4. Exigir a apresentação de uma declaração formal de conflitos de interesse por parte de qualquer intermediário que atue em nome da empresa. 5. Criar contratos transparentes, com cláusulas explícitas de ética e conformidade anticorrupção. 6. Proibir pagamentos em espécie ou outros métodos de pagamento não rastreáveis a intermediários. 7. Oferecer formação especializada sobre riscos de corrupção para gerentes e equipas que lidam com intermediários. 8. Implementar sistemas de monitorização e auditoria para todas as interações com o governo por meio de intermediários. 9. Proibição formal de intermediação em decisões governamentais em Código de Ética. 10. Auditorias internas trimestrais para fiscalizar interações com agentes públicos.	Elevado	Remoto	Baixo

Favorecimento indevido na contratação de fornecedores e parceiros comerciais	Elevado	Provável	Alto	1. Estabelecer um processo de seleção de fornecedores transparente e documentado. 2.Definir e aplicar critérios claros e objetivos para qualificação de fornecedores e parceiros. 3. Realizar <i>due diligence</i> e verificar a integridade dos fornecedores antes da contratação. 4. Auditoria contínua e aleatória de contratos firmados com fornecedores para garantir conformidade. 5. Exigir que fornecedores assinem um código de ética e anticorrupção antes de firmar contratos. 6. Treinar os responsáveis pela seleção de fornecedores sobre ética empresarial e anticorrupção. 7. Implementar uma política que proíba relacionamentos pessoais ou familiares entre fornecedores e funcionários envolvidos na contratação. 8. Implementar um sistema de rastreamento e controle de todas as ofertas recebidas, para evitar favoritismos. 9. Fazer revisões periódicas de todos os contratos com fornecedores para garantir que as práticas sejam justas e dentro da legalidade. 10. Implementação de um comitê de aprovação independente para fornecedores críticos. 11. Monitoramento contínuo de relações contratuais e variação de preços.	Moderado	Remoto	Baixo
Manipulação de registos ambientais e regulatórios para	Forte	Possível	Alto	1.Implementar um sistema robusto de gestão e monitoramento de conformidade ambiental.	Elevado	Remoto	Baixo

evitar penalizações				2. Contratar auditores externos para realizar auditorias periódicas e independentes de registos ambientais. 3. Estabelecer uma política clara que proíba a manipulação ou falsificação de registos ambientais e regulatórios. 4. Oferecer treinamentos regulares sobre conformidade regulatória e sobre a importância da integridade dos dados. 5. Usar tecnologia de monitoramento para garantir que os registos ambientais e regulatórios sejam precisos e completos. 6. Requerer relatórios mensais ou trimestrais sobre a conformidade ambiental e regulatória. 7. Realizar verificações cruzadas de registos ambientais e regulatórios com dados externos e independentes. 8. Implementar uma política de “tolerância zero” para a manipulação ou falsificação de dados e registos ambientais. 9. Reforço na tecnologia de rastreamento de alterações em registos ambientais. 10. Denúncia anônima para reporte de irregularidades ambientais.			
Suborno ou favorecimento em relações com o governo e órgãos reguladores	Forte	Possível	Alto	1. Política de anti-suborno e anti-corrupção clara 2. Treinar regularmente todos os funcionários, especialmente os que lidam com governos e reguladores, sobre as práticas de suborno e corrupção. 3. Realizar auditorias internas e externas periódicas para revisar transações e relações com entidades governamentais e reguladoras, garantindo que todas as interações sejam documentadas e que não haja indícios de suborno ou favorecimento.	Elevado	Remoto	Baixo

				4. Implementar sistemas de monitorização financeira para garantir que pagamentos e transferências relacionados a interações com autoridades governamentais ou reguladoras estejam de acordo com os padrões legais e éticos. 5. Estabelecer limites claros e regras rigorosas sobre a aceitação de presentes, entretenimento e hospitalidade oferecidos a funcionários do governo ou reguladores. 6. Realizar <i>due diligence</i> detalhada sobre qualquer parceiro de negócios, agente ou intermediário que tenha relações com o governo ou órgãos reguladores. 7. Política de conformidade com leis locais e internacionais. Garantir conformidade rigorosa com todas as leis anticorrupção, tanto locais quanto internacionais (como a Lei de Práticas Corruptas no Exterior dos EUA), e promover uma cultura de conformidade em todas as interações com autoridades e reguladores. 8. Investigação de alegações e medidas disciplinares. Estabelecer um processo claro de investigação e medidas disciplinares em caso de suspeitas ou evidências de suborno ou favorecimento. 9. Reforço nas auditorias de <i>compliance</i> para todas as interações governamentais. 10. Revisão externa dos processos internos de relacionamento com governo			
--	--	--	--	--	--	--	--

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Favorecimento de fornecedores estratégicos sem concorrência justa, resultando em superfaturamento e contratos direcionados.	Elevado	Provável	Alto	1. Auditorias independentes sobre os contratos. 2. Revisão obrigatória de todas as contratações por <i>compliance</i> . 3. Implementação de processos de concorrência obrigatória. 4. Transparência total nos critérios de seleção de fornecedores. 5. Treinamentos periódicos sobre <i>compliance</i> para equipe de compras. 6. Penalidades severas para casos de favorecimento. 7. Implementação de um banco de dados de preços históricos. 8. Monitoramento contínuo dos preços praticados no mercado. 9. <i>Due diligence</i> sobre fornecedores estratégicos. 10. Canal de denúncias para reportar fraudes.	Moderado	Possível	Baixo
Suborno a certificadores e inspetores para a aprovação de produtos não conformes ou para a aceleração de processos de certificação.	Forte	Provável	Alto	1. Implementação de auditorias externas independentes. 2. Registo eletrónico e transparente das certificações. 3. <i>Due diligence</i> rigorosa para escolha de certificadores. 4. Monotorização contínua da conformidade técnica. 5. Penalidades rigorosas para casos de suborno.	Elevado	Remoto	Baixo

				6. Revisão obrigatória dos laudos técnicos por uma equipa independente 7. Transparência na divulgação dos processos de certificação. 8. Canal de denúncias para denunciar práticas irregulares. 9. Treinamento sobre ética e <i>compliance</i> para os responsáveis pela certificação. 10. Publicação de relatórios periódicos sobre conformidade.			
Manipulação de registos e auditorias internas para ocultar falhas estruturais e evitar sanções.	Elevado	Provável	Alto	1. Digitalização e rastreabilidade de todos os registos de auditoria. 2. Auditorias externas periódicas obrigatórias. 3. Rotação de auditores internos para evitar conflitos de interesse. 4. Penalidades severas para ocultação de informações. 5. Revisão cruzada dos relatórios por diferentes departamentos. 6. Automação do processo de auditoria para evitar manipulações. 7. Transparência total nos processos de inspeção interna. 8. Monitorização contínua das ações corretivas. 9. Implementação de um canal de denúncias anónimo. 10. Cultura organizacional orientada para a ética e a transparência.	Elevado	Remoto	Baixo
Desvio de materiais metálicos durante o processo produtivo para venda paralela ou enriquecimento ilícito	Forte	Possível	Alto	1. Controlo rigoroso de inventário com auditorias frequentes. 2. Câmaras de segurança em áreas sensíveis da produção. 3. Implementação de rastreabilidade por código de barras ou RFID. 4. Revisão e cruzamento das informações de stock e de vendas	Moderado	Remoto	Baixo

				5. Penalidades severas para funcionários envolvidos em desvios. 6. Treinamento sobre ética e segurança patrimonial. 7. Canal anônimo de denúncias para colaboradores. 8. Monotorização contínua por equipa de segurança interna. 9. Análise de padrões de consumo para identificar desvios atípicos. 10. Automação no controlo de saída de materiais. 11. Inventário diário automatizado- Implementar controlo digital de stock em tempo real (com integração ao ERP da empresa). 12. Criar formação obrigatória sobre integridade e ética para funcionários da área fabril. 13. Controlo de Transportadoras e Veículos Internos - Criar um protocolo de verificação na saída de caminhões para garantir que apenas materiais autorizados estão sendo transportados. 14. Auditoria interna para comparar registos de produção com saída real de materiais.			
Fraude na obtenção de incentivos fiscais e subsídios governamentais destinados a projetos fabris.	Elevado	Possível	Alto	1. Auditoria externa independente sobre a utilização dos incentivos. 2. Revisão detalhada dos critérios de elegibilidade antes da solicitação de subsídios. 3. Transparência total nos pedidos de incentivos fiscais. 4. Revisão periódica da aplicação dos fundos recebidos. 5. Penalidades para falsificação de informações em pedidos de subsídio. 6. Publicação de relatórios detalhados sobre uso de incentivos fiscais. 7. Monotorização por órgãos reguladores de <i>compliance</i> fiscal.	Moderado	Remoto	Baixo

				8. Implementação de política anticorrupção para uso de subsídios.			
				9. Restrição na concessão de benefícios fiscais sem uma justificação sólida.			
				10. Maior rigor na verificação documental antes da solicitação de incentivos.			

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Suborno a certificadoras e inspetores ambientais para a obtenção de certificações sem cumprimento dos requisitos técnico	Forte	Provável	Alto	1. Registo eletrónico e transparente de todas as certificações ambientais. 2. Monotorização contínua da conformidade ambiental. 3. Penalidades severas para fraudes em certificações. 4. <i>Due diligence</i> rigorosa sobre certificadoras contratadas. 5. Formação periódica sobre ética ambiental. 6. Transparência total na divulgação dos processos de certificação. 7. Revisão contínua de processos para garantir alinhamento com normas internacionais. 8.Treinamento de integridade 9.Medidas robustas, incluindo <i>due diligence</i> , auditorias e transparência.	Baixo	Remoto	Baixo
Fraude em relatórios ambientais e de segurança para simular conformidade regulatória.	Forte	Possível	Alto	1. Digitalização de registos ambientais para garantir rastreabilidade. 2. Penalidades rigorosas para adulteração de documentos.	Baixo	Remoto	Baixo

				3. Auditorias frequentes e sem aviso prévio. 4. Estímulo à cultura de conformidade e sustentabilidade. 5. Treinamento de integridade 9. Medidas robustas, incluindo <i>due diligence</i> , auditorias e transparência			
Ocultação de incidentes ambientais e de segurança para evitar sanções e prejuízos reputacionais	Forte	Provável	Alto	1. Implementação de relatórios obrigatórios de incidentes. 2. Penalidades para ocultação de informações ambientais. 3. Cultura de transparência e incentivo à denúncia de incidentes. 4. Formação contínua sobre gestão de crises ambientais. 5. Implementação de auditorias ambientais independentes. 6. Maior envolvimento da diretoria na gestão de riscos ambientais. 7. Publicação de relatórios de impacto ambiental para <i>stakeholders</i> .	Baixo	Remoto	Baixo
Manipulação de auditorias e inspeções externas para evitar restrições operacionais ou necessidade de adequações estruturais.	Elevado	Possível	Alto	1. Penalidades severas para tentativa de manipulação de inspeções. 2. Monitoramento das auditorias para garantir integridade. 3. Implementação de programas de conformidade interna. 4. Registo eletrónico de todas as inspeções realizadas. 5. Monitorização contínua da qualidade ambiental. 6. Relatórios transparentes sobre conformidade regulatória.	Baixo	Remoto	Baixo

				7.Reforço da cultura organizacional de ética e integridade.			
Desvio de recursos destinados a programas de sustentabilidade para finalidades particulares ou outras áreas da empresa.	Forte	Possível	Alto	1. Transparência total no uso dos fundos ambientais. 2. Penalidades rigorosas para uso indevido de recursos. 3. Monotorização contínua dos projetos ambientais. 4. Requisitos claros para justificar o uso dos fundos. 5. Relatórios periódicos sobre execução de programas ambientais. 6. Maior envolvimento da alta gestão na supervisão de sustentabilidade. 7. Revisão de contratos com fornecedores ambientais. 8. Divulgação pública de resultados dos projetos financiados.	Baixo	Remoto	Baixo

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Manipulação de contratos e superfaturamento na aquisição de matérias-primas e serviços logísticos.	Forte	Provável	Alto	1. Auditorias periódicas sobre contratos de aquisição. 2. Comparação de preços de mercado para validar valores praticados. 3. Revisão obrigatória de grandes contratos por equipa de <i>compliance</i> . 4. Rotação de fornecedores para evitar favorecimentos. 5. Transparência total nos processos de compra e contratação. 6. Implementação de uma base de dados de preços históricos para efeitos de comparação 7. Sanções rigorosas para irregularidades identificadas. 8. Controlo rigoroso das justificativas apresentadas para custos adicionais 9. Exigência de múltiplas cotações antes de aprovar contratos. 10. Implementação de programas de formação para gestores de compras sobre <i>compliance</i> . 11. Automação na gestão de contratos e compras	Elevado	Remoto	Baixo
Pagamento de vantagens indevidas para agilizar processos alfandegários.	Elevado	Possível	Alto	1. Auditoria sobre interações com agentes alfandegários.	Elevado	Remoto	Baixo

				2. Implementação de processos formais de liberação alfandegária. 3. Transparência nos pagamentos relacionados a taxas alfandegárias. 4.Sanções rigorosas em caso de subornos. 5. Revisão minuciosa dos casos de atrasos e de custos excessivos. 6.Sistema de <i>compliance</i> e <i>due diligence</i> com agentes alfandegários			
Uso de empresas de fachada para ocultar pagamentos ilícitos ou operações financeiras irregulares	Forte	Provável	Alto	1. Implementação de políticas rigorosas de verificação de parceiros comerciais. 2. Auditorias focadas em transações financeiras suspeitas. 3. Requisitos obrigatórios de transparência para fornecedores e prestadores de serviço. 4. Monotorização contínua de movimentações financeiras entre empresas do grupo. 5. Exigência de documentação detalhada para justificar transações de alto valor. 6. Relatórios periódicos sobre movimentos financeiros, internos ou externos 7. Exigência de certificação de idoneidade financeira para fornecedores e prestadores de serviço	Elevado	Remoto	Baixo
Fraude na seleção de fornecedores, incluindo direcionamento e ausência de due diligence sobre parceiros comerciais.	Forte	Provável	Alto	1. Implementação de um sistema de verificação rigoroso para novos fornecedores. 2. Auditorias periódicas nos processos de seleção.	Elevado	Remoto	Baixo

				3. Transparência na divulgação de critérios de avaliação de fornecedores. 4. Monitoramento contínuo das práticas de contratação. 5. Exigência de <i>due diligence</i> detalhada para fornecedores estratégicos. 6. Penalidades severas para casos comprovados de direcionamento. 7. Treinamento contínuo da equipe de compras sobre ética e integridade. 8. Exigência de certificações ISO e compliance ESG para fornecedores estratégicos			
Conluio entre fornecedores e gestores para fraudar processos de concorrência e aumentar preços artificialmente.	Forte	Possível	Alto	1. Monitoramento contínuo dos preços de mercado para identificar distorções. 2. Revisão obrigatória de contratos de alto valor por equipe de compliance. 3. Análises comparativas de propostas para detectar padrões de conluio. 4. Exigência de múltiplas cotações em todas as aquisições relevantes. 5. Penalidades severas para gestores e fornecedores envolvidos em fraudes. 6. Criar e implementar políticas rígidas contra conflitos de interesse. 7. Transparência total nos critérios de seleção de fornecedores.	Elevado	Remoto	Baixo

				8. Treinamento de ética empresarial para fornecedores			
--	--	--	--	---	--	--	--

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Manipulação de registros contábeis para ocultar fraudes financeiras, desvio de recursos e irregularidades fiscais.	Forte	Provável	Alto	1. Transparência total nos relatórios contábeis e fiscais. 2. Penalidades rigorosas para funcionários envolvidos em manipulações. 3.Treinamento contínuo sobre compliance financeiro. 4. Monitoramento eletrônico de transações suspeitas. 5. Implementação de dupla validação para aprovações contábeis. 6. Revisão regular da conformidade com normas fiscais. 7. Implementação de ferramentas que detectem discrepâncias automaticamente, evitando ajustes manuais suspeitos. 8. Política de "duplo olhar" para registros contábeis: Nenhuma entrada contábil pode ser registrada sem aprovação de pelo menos dois níveis hierárquicos.	Elevado	Remoto	Baixo
Favorecimento de fornecedores e parceiros comerciais por meio de pagamentos indevidos e contratos simulados.	Forte	Provável	Alto	1.Monitoramento contínuo de pagamentos para fornecedores. 2. Revisão obrigatória por <i>compliance</i> para todos os contratos de alto valor. 3. Exigência de documentação detalhada para justificar pagamentos. 4. Treinamento sobre ética e integridade para a equipe de compras. 5. Sanções rigorosas para funcionários envolvidos em favorecimentos indevidos.	Elevado	Remoto	Baixo

				6. <i>Due diligence</i> rigorosa para fornecedores estratégicos. 7. Publicação periódica de relatórios de transparência comercial. 8. Proibição de pagamentos antecipados sem justificação formal e auditoria prévia. 9. Formação contínua em <i>due diligence</i> de fornecedores 10. Política de "Rodízio de Fornecedores": Criação de diretrizes para não renovar contratos automaticamente e exigir reavaliação periódica do desempenho dos fornecedores.			
Ocultação de informações financeiras em auditorias internas e externas para evitar sanções e investigações regulatórias.	Forte	Provável	Alto	1. Reforço da governança corporativa para garantir transparência. 2.Revisão cruzada de relatórios financeiros por diferentes áreas. 3. Monitoramento contínuo de práticas contábeis para detetar ocultações. 4. Penalidades severas para ocultação de informações em auditorias. 5. Treinamento sobre ética e transparência. 6.Transparência total nas comunicações com reguladores financeiros. 7. Auditorias externas obrigatórias e sem aviso prévio 8. Plataforma digital de <i>compliance</i> : Criação um sistema que registe todas as interações com auditores e reguladores para garantir transparência total	Elevado	Remoto	Baixo
Lavagem de dinheiro via transações intercompanhia, incluindo ajustes artificiais de custos entre Portugal e outras filiais.	Forte	Provável	Alto	1. Implementação de políticas rigorosas contra lavagem de dinheiro (AML). 2. Revisão obrigatória de ajustes de preços de transferência. 3. Implementação de processos de <i>due diligence</i> sobre movimentações financeiras. 4. Revisão detalhada de justificativas para ajustes de custos. 5. Transparência e rastreabilidade de todas as transações financeiras.	Elevado	Remoto	Baixo

				6. Implementação de sistema de alerta para transações atípicas.			
				7. Penalidades rigorosas para qualquer envolvimento em práticas de lavagem de dinheiro.			
				8. Obrigações de divulgação financeira: Publicação de todas as filiais de seus relatórios financeiros de forma acessível e rastreável.			

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Sobrep preço ou superfaturamento em contratos com prestadores de serviços internos e externos	Elevado	Provável	Crítico	1.Auditorias sobre contratos 2. Revisão periódica de preços de mercado 3.Processo de Seleção Rigoroso de Prestadores 4.Relatórios Periódicos de Performance de Prestadores 4.Sistema de Aprovação de Contratos: Criação de um sistema de múltiplas camadas de aprovação de contratos, envolvendo revisões de diferentes departamentos. 5. Implementação de Indicadores de Desempenho (KPIs) para Contratos: Criação de métricas específicas para avaliar a eficiência e necessidade dos serviços contratados.	Médio	Moderada	Baixo
Desvio de recursos destinados a manutenção e suporte administrativo	Elevado	Provável	Crítico	1.Controlo rigoroso de despesas 2.Auditoria e Verificação de Pagamentos 3.Monotorização de Recursos: Acompanhamento de todas as transações 4. Orçamento Base Zero para Manutenção, no qual cada despesa deve ser justificada desde o início em cada período orçamental. 5. Relatórios de Execução de Gastos: Publicação periódica de despesas e justificativas detalhadas.	Médio	Moderada	Baixo
Manipulação de processos de recrutamento e seleção com vista a favorecimento pessoal ou troca de favores	Moderado	Provável	Alto	1.Implementação de critérios objetivos na seleção 2. <i>Due diligence</i> sobre candidatos	Baixo	Remoto	Baixo

				3.Processo de Seleção Transparente e Documentado: Adoção de processos de seleção de pessoal claros, com critérios objetivos e documentados. 3.Treinamento sobre Ética e Conformidade 4.Relatórios de Execução de Gastos: Publicação periódica de despesas e justificativas detalhadas.			
Fraude em contratos de formação para justificar repasses indevidos	Moderado	Possível	Alto	1. Verificação e Validação de Contratos de Formação: Exigir a validação rigorosa de todos os contratos de formação, incluindo uma análise detalhada dos conteúdos programáticos, cargas horárias e custos, antes da aprovação de quaisquer repasses financeiros. 2. Auditorias Regulares em Programas de Formação: Realizar auditorias periódicas aos programas de formação, de forma a assegurar que os serviços prestados e os custos incorridos se encontrem conformes com as normas acordadas, e que quaisquer repasses financeiros estejam adequadamente justificados. 3. Sistema de Controlo de Pagamentos e Relatórios de Formação: Implementar um sistema de controlo de todos os pagamentos relativos aos programas de formação, com a exigência de relatórios periódicos sobre os resultados alcançados e a participação efetiva nos cursos.	Baixo	Remoto	Baixo
Criação de funcionários fictícios para desvio de recursos salariais	Elevado	Provável	Crítico	1.Revisão detalhada da folha de pagamento 2.Verificação Rigorosa de Cadastros de Funcionários: Realizar verificações periódicas nos cadastros de funcionários, validando a existência e a necessidade de cada funcionário dentro da organização, utilizando fontes externas, como documentos de identificação e registos de pagamento. 3. Controlo de Acesso a Informações Salariais: Restringir o acesso à folha de pagamento a um número limitado de colaboradores, implementando um sistema de aprovação prévia de novos cadastros de colaboradores, de forma a prevenir a criação de registos falsos. 4. Política de Revisão de Cargos e Salários: Exigir justificação adequada e documentação comprovativa para a criação de novos cadastros de colaboradores ou para a aprovação de promoções. 5. Garantia de Pagamento Exclusivo a Colaboradores Registados: Assegurar que apenas os	Médio	Moderada	Baixo

				colaboradores devidamente registados no sistema da organização recebam quaisquer pagamentos.			
Facilitação de entrada e saída de materiais sem registo para desvio de bens	Elevado	Possível	Crítico	1.Registo eletrónico de materiais movimentados 2.Controlo de Inventário e Registo de Movimentações: Estabelecer um sistema de controlo rigoroso de inventário com registos detalhados de todas as entradas e saídas de materiais, incluindo uma verificação física regular dos bens armazenados. 3.Auditoria de Movimentação de Materiais: Realizar auditorias aleatórias sobre a movimentação de materiais para verificar se há discrepâncias nos registos e identificar possíveis desfalques ou desvios. 4.Sistema de Aprovação de Transferências de Materiais: Criar um sistema de aprovação e verificação para qualquer movimentação de materiais, onde a transferência ou retirada de bens só pode ser feita com a aprovação de gestores e registo adequado no sistema. 5. Implementação de Controle por Código de Barras ou RFID: Rastreabilidade total de materiais dentro das instalações 6.Acesso Restrito a Materiais Sensíveis: Definir níveis de permissão para movimentação de materiais. 7. Monotorização por Câmaras nos Pontos de Acesso	Médio	Moderada	Baixo

Evento de Risco	Risco Inerente			Medidas Preventivas e Corretivas	Risco Residual		
	I	P	Class.		I	P	Class.
Alteração de registos eletrónicos e logs financeiros para ocultar fraudes e dificultar auditorias.	Forte	Provável	Alto	1. Implementação de trilhas de auditoria imutáveis. 2. Monitoramento contínuo e revisão periódica dos logs financeiros. 3. Controle de acesso restrito para usuários críticos. 4. Auditorias internas frequentes sobre registos financeiros. 5. Política rigorosa de backup e retenção de dados. 6. Penalidades severas para alteração não autorizada de registos. 7. Revisão periódica dos acessos administrativos.	Elevado	Remoto	Baixo
Fraude em contratos de TI, incluindo superfaturamento e direcionamento de fornecedores específicos.	Forte	Possível	Alto	1. Revisão obrigatória de contratos por equipa de <i>compliance</i> . 2. Rotação de fornecedores para evitar direcionamento. 3. Comparação periódica de preços de mercado. 4. Exigência de três cotações antes da aprovação de contratos. 5. Auditorias externas sobre contratos de TI. 6. Penalidades rigorosas para fraudes detetadas. 7.Implementação de transparência nas contratações.	Elevado	Remoto	Baixo
Acesso não autorizado a sistemas internos para manipular contratos, faturas ou movimentações	Elevado	Provável	Alto	1. Implementação de autenticação multifator (MFA).	Elevado	Remoto	Baixo

financeiras.				2. Restrição de acessos baseada no princípio do privilégio mínimo. 3. Monotorização contínua de acessos e atividades suspeitas. 4. Revisão periódica das permissões e credenciais 5. Auditorias frequentes de <i>logs</i> de acesso. 6. Sanções rigorosas para acessos indevidos. 7. Implementação de alertas automáticos para atividades anômalas. 8. Formação de colaboradores sobre segurança digital. 9. Separação de funções para evitar acessos indevidos. 10. MFA, princípio do privilégio mínimo, separação de funções, monitoramento			
Fuga de informações estratégicas e confidenciais sobre a definição de preços e contratos de exportação	Forte	Possível	Alto	1. Implementação de criptografia forte em dados sensíveis. 2. Monotorização de acessos a documentos confidenciais. 3. Controlo rigoroso na partilha de arquivos e/ou ficheiros. 4. Formação Contínua relativa à proteção de dados confidenciais. 5. Sanções rigorosas em caso de fugas de informação. 6. Controlo rigoroso da utilização de dispositivos de armazenamento externos 7. Restrição no envio de e-mails externos com anexos sensíveis. 8. Monitorização de acessos e alterações em documentos críticos. 9. Implementação de um conjunto de estratégias, procedimentos e ferramentas, que ajudam a evitar o acesso ou o uso indevido de informações sensíveis, nomeadamente o <i>Data Loss Prevention software</i> (DLP)	Elevado	Remoto	Baixo

Omissão de falhas críticas na segurança digital para evitar investigações ou responsabilizações legais	Elevado	Provável	Alto	1. Implementação de um programa de monitorização contínua de vulnerabilidades.	Elevado	Remoto	Baixo
				2. Auditorias frequentes de segurança digital por empresas independentes.			
				3. Política obrigatória de denúncia imediata de falhas críticas.			
				4.Sanções rigorosas para omissão de vulnerabilidades.			
				5. Formação contínua da equipa de TI sobre boas práticas de segurança.			
				6. Divulgação periódica de relatórios de segurança para a alta administração.			